OLIVEIRA VIANNA E OS DESDOBRAMENTOS DAS TEORIAS EUGÊNICAS NO BRASIL

OLIVEIRA VIANNA AND THE DEPLOYMENTS OF EUGENIC THEORIES IN BRAZIL)

Thaís Rodrigues Vieira[1]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a relação do Brasil com o continente Africano, ressaltando a realidade da população afrodescendente no país, levando em consideração o preconceito histórico que esse contingente humano sofreu e ainda sofre, e as teorias dentro do campo acadêmico que legitimam o racismo em nossa sociedade. Após três séculos de escravidão a população afrodescendente foi liberta sem ter recebido ressarcimento algum por parte do Estado brasileiro, sendo marginalizada e excluída. Dentro desse contexto de discriminação, a produção intelectual brasileira recebeu no século XX a influência das teorias eugênicas europeias, que propagavam a superioridade da "raça branca" ou "ariana", tendo como um de seus principais expoentes o intelectual e burocrata brasileiro Oliveira Vianna. Em "Populações Meridionais do Brasil" (1920) e em "Evolução do Povo Brasileiro" (1923), o autor afirma que não é significante a contribuição do negro na formação da sociedade e da identidade brasileira, nos aspectos sociais culturais e econômicos. O autor é considerado um dos principais responsáveis pela legitimação e pela institucionalização do racismo no Estado brasileiro.

Palavras-chave: Oliveira Vianna; Eugênia; branqueamento, afrodescendentes, Estado Novo.

Abstract: This article aims to discuss the relationbetween Brazil and the African continent, highlighting the reality of the afrodescendant population in the country, considering the historical prejudice that this human contingent has suffered and still suffers, and the theories within the academic field that legitimize the racism in our society. After three centuries of slavery the afro-descendant population was released without receiving any compensation from the Brazilian State, being marginalized and excluded. Within this context of discrimination, the Brazilian intellectual production received in the twentieth century the influence of European eugenic theories, which propagated the superiority of the "white race" or "Aryan", having as one of its main exponents the Brazilian intellectual and bureaucrat Oliveira Vianna. In "Southern Populations of Brazil" (1920) and in "Evolution of the Brazilian People" (1923), the author affirms that the contribution of the Negro in the formation of Brazilian society and identity in social and cultural aspects is not significant. The author is considered one of the main responsible for the legitimization and institutionalization of racism in the Brazilian State.

Keywords: Oliveira Vianna; Eugenics; bleaching, afrodescendants, Estado Novo.

INTRODUÇÃO

O Brasil e o continente Africano mantêm relações de formas diretas ou indiretas desde o momento de suas colonizações, um fato que os aproxima é a grande quantidade da população africana que foi traga ao país para realizarem trabalhos forçados, em regime escravista durante três séculos.

Com isso, o Brasil é hoje o país no mundo onde mais se encontra a população afrodescendente. Na matriz da formação da identidade cultural brasileira encontramos três agrupamentos étnicos: os índios, população nativa, que não era homogênea, mas sim repleta de várias diversidades de tribos; os africanos, que também não eram homogêneos, mas sim descendentes também de uma multiplicidade de tribos; e os europeus, advindos dos mais variados países da Europa, com os incentivos a migração fomentados pelo governo brasileiro.

[1] Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – thais_rodrigues_veira@hotmail.com.

O incentivo a migração viria também da vontade da elite nacional de clarear, de branquear a população brasileira.No início do século XX as ideias advindas das teorias eugênicas, que propagavam a superioridade da "raça branca", a chamada raça pura, ariana e europeia, ganhará força no Brasil, tendo como um de seus representantes o autor Oliveira Vianna, considerado um dos intérpretes da sociedade brasileira.

Essa crença na superioridade da raça branca tomou grande proporção na sociedade brasileira, passando essa a se fechar a migração de povos não-brancos no período em que o país sofreu com a Ditadura Vargas, governo este que recebeu forte influênciade Oliveira Vianna. As ideias propagadas pelo autor legitimaram e levaram a institucionalização do racismo no país, por parte do Estado brasileiro.

A RELAÇÃO ENTRE O CONTINENTE AFRICANO E O BRASIL

O continente Africano e o Brasil mantêm relações diretas ou indiretas desde o momento da colonização de ambos os territórios por Portugal, na fase de expansão marítima e comercial dos países europeus, a América e a África e todas as suas populações nativas - que inclui um leque muito grande de diversidade social e cultural - passaram então a serem dominados pelos colonizadores brancos europeus. O Brasil, em seu período colonial e imperial, foi o país do mundo que mais se utilizou da mão de obra escrava, a quantidade de sujeitos tragos ao país para viverem sob a condição de escravos é a maior em toda a história, sendo inclusive maior o número de escravos do que da população branca e originária do Brasil no período colonial. Após três longos séculos de escravidão e ainda sobre a égide dessa forma de trabalho, o primeiro projeto de lei da história brasileira que propõe a abolição da escravidão é datado de 1830, e a partir de então se decorre um longo processo que vai culminar na abolição somente em 1889, ou seja, cinquenta e nove anos depois.

> A história da África e a história do Brasil estão intimamente relacionadas desde o momento em que os colonizadores portugueses ocuparam as duas margens do Oceano Atlântico Sul, no século XVI. Com a chegada ao Brasil da primeira leva de escravos africanos, em 1538, inicia-se uma longa fase de íntima ligação, baseada principalmente no tráfico, que se estenderá até 1850, quando este entra em declínio. Tal relacionamento não era de menor importância no plano global, pois no século XVII o Atlântico Sul foi o centro dinâmico da economia mundial, com o Brasil impulsionando o Império Atlântico Português; no século XVIII ele foi suplantado pelo Atlântico Norte devido à projeção de potências como a França e a Inglaterra. (VISENTINI, 2012, p. 146)

Várias foram às propostas de abolição, uma que dava aos escravos um pequeno lote de terra para subsistência com uma pequena reforma agrária, e outro que pretendia levar de volta os negros libertos para a África - proposta que não foi pra frente apenas por demandar de um alto custo que o Estado não poderia arcar – com o objetivo de branquear a população brasileira, e na tentativa disso, a elite brasileira aceita que se interrompa o tráfico de escravos em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz. Nesse momento, é incentivada a migração de europeus para servirem de mão de obra assalariada, principalmente nas colheitas de café no sudeste do Brasil.

Na segunda metade do século XIX, uma forte crise abalou o capitalismo mundial, e os países europeus que ocupavam a posição de periferia, como Espanha, Itália e Portugal, por exemplo, sentiram de forma mais severa a crise, e eram grandes as promessas de prosperidade no Brasil, pois nesse momento, a economia cafeeira passava por um período de alta lucratividade e produtividade. Dentro desse contexto, era considerada vantajosa para os europeus a migração para o Brasil, era vantajoso para os países emissores, por não ter de lidar com um grande contingente de habitantes, e o processo de migração foi visto também

como vantajoso pela elite brasileira, pelo branqueamento da população e o alargamento de mão de obra barata para as regiões cafeeiras.Então, o governo brasileiro buscou mão de obra para trabalhar nas lavouras de café vindas da Europa, de países como a Itália, Alemanha e Suíça, Portugal e Espanha, por exemplo. Durante o período que vai do ano de 1880 à 1897, entraram cerca de um milhão de migrantes no país, e aproximadamente 90% deles se direcionaram para as regiões produtoras de café.

Com essas medidas de migração, e as outras propostas que eram dadas a respeito do branqueamento da população brasileira podemos verificar nitidamente o racismo presente nas elites nacionais e também na elite intelectual, pois dentro desse contexto, foram produzidas por intelectuais brasileiros muitas teorias do branqueamento da raça, influênciadas pelas "teorias eugênicas", que são as que acreditam na superioridade da raça branca em detrimento das outras, e para que o Brasil se desenvolvesse a sua política e a sua economia, era preciso que a população brasileira fosse no geral, branca, "aperfeiçoada", "civilizada".

Em 1850 a Lei de Terras é outorgadano Brasil, com o objetivo de "organizar" a propriedade privada. O interesse da elite brasileira que efetivamente estava por de trás dessa lei era o de impedir que os negros livres e que os trabalhadores migrantes não adquirissem terras, para que não fizessem concorrência com os grandes latifundiários e também para que continuassem na condição de mão de obra barata dos mesmos. Toda a especulação trazida com as lavouras promissoras de café e a apropriação da terra pelo capital resultaram no aumento do preço dos lotes de terras e data de 1870 o surgimento do mercado de terras no país, que só colaborou para a exclusão e marginalização da população negra e pobre, como o processo de favelização nos grandes centros.

Dessa forma, a elite foi preparando o terreno para a abolição da escravidão, de forma que muito superficialmente a Princesa Izabel assina no ano de 1888 a Lei Áurea, elaborada em apenas um parágrafo que diz que todos os negros no Brasil estariam libertos a partir daquela data.Entretanto essa população agora considerada livre não recebe ressarcimento algum do Estado brasileiro por terém sido mantidos tanto tempo sob a condição de escravos e também não receberam um espaço para residirem, então muitos ainda continuaram nas fazendas vivendo sob o mando do latifundiário ou se aglutinaram nas periferias dos grandes centros, em locais precários onde as classes dominantes não queriam habitar. Daí tem-se a formação das favelas. Chamamos a atenção aqui para a periferia, não como zonas afastadas do centro das cidades, mas tomamos aqui o conceito de periferia como as zonas das cidades em que as classes sociais médias, altas e a burguesia não querem viver, como próximo a morros, córregos e afins.

> A pressão inglesa pelo fim do tráfico era cada vez maior e a promulgação do Bill Aberdeen (1845), lei que permitia apresar qualquer navio que transportasse escravos, gerou o aumento desmedido do tráfico clandestino. Os proprietários brasileiros, ao buscarem ampliar o estoque de escravos antes que o tráfico se extinguisse definitivamente, foram levados ao endividamento e à descapitalização. O Estado reagiu, promulgando a Lei Euzébio de Queiroz em 1850, que pôs fim ao tráfico. Porém, isto foi acompanhado pela mentalidade de criação de uma sociedade "branca e ocidental", permeada pela ideologia do "branqueamento", que incentivou a imigração de trabalhadores europeus. Afinal, a elite brasileira considerava que o país possuía um regime político europeu, a monarquia, e uma dinastia europeia, os Bragança, devendo diferenciar-se dos vizinhos. O fim do tráfico coincidiu com o início da expansão colonialista europeia na África, a qual gerou o retrocesso das relações e o afastamento entre a África e o Brasil." (VISENTINI, 2012. P. 147).

A utilização da mão de obra de escravos foi muito necessária nos três períodos de grande prosperidade econômica no país. Como afirma o autor: "Os três grandes ciclos de prosperidade econômica que marcaram o Brasil desde 1500 estiveram, pelo menos em algum momento, assentados sobre a mão de

obra de origem africana, sobre a qual os senhores de escravos adquiriam seus lucros." (VISENTINI, 2012). A primeira com o tráfico negreiro para as grandes fazendas de cana de açúcar. Depois com o ciclo do ouro, que provocou uma onda de fluxos migratórios do nordeste para Minas Gerais e posteriormente o ciclo do café, que também provocou ondas migratórias para o Sudeste, nas regiões cafeeiras. Lembrando que os escravos foram à mão de obra primária na economia cafeeira, sendo utilizada a mão de obra que vinha da imigração europeia posteriormente, para cobrir a demanda.

No decorrer da história, o Brasil só se relacionou externamente com países Africanos para tratarem de interesses econômicos, principalmente no período da Ditadura Militar. O primeiro presidente brasileiro a reconhecer a existência do racismo no país foi Fernando Henrique Cardoso já no último decênio do século XX, somente. Após ele, o presidente Lula aprofundou os laços econômicos com a África, com o discurso de ajudar o continente a se desenvolver, já que o Brasil teria uma responsabilidade ética e moral, devido ao passado escravocrata. Nesse momento muita parceria é assinada com a África, contratos econômicos, investimentos, parceria com as universidades brasileiras e o aumento de investimentos de empresas como a Vale do Rio Doce e a Petrobras.

A Produção Intelectual e o Movimento Eugênico durante a Ditadura do Estado Novo

Dentro da produção teórica e intelectual, muito se tem escrito sobre a África e a realidade da população afrodescendente do Brasil, em seu livro, Visentini comenta o estudo e a perspectiva de Rafael Guerreiro Osório, que afirmahaver três ondas teóricas que retratam o racismo na sociedade brasileira. A primeira onda seria a apresentada pelo autor Gilberto Freyre, a que julgava não ser expressivo o racismo no país, e que de acordo com o desenvolvimento do Brasil o racismo iria desaparecer. A segunda onda é a da chamada "democracial racial", dentro dessas teorias haveria também a tendência ao desaparecimento gradual do racismo e seriam dadas maiores mobilidades sociais a população negra, sendo possível que esta ascendesse socialmente. Já a terceira onda se calca na teoria das vantagens cumulativas ao longo da vida, onde haveria a reprodução das desigualdades.

Além das ondas sistematizadas por Rafael Guerreiro Osório, temos também as teorias que vão legitimar o racismo e contribuir para a sua institucionalização. Segundo a analogia do filósofo Karl Marx (1818 – 1883)em O Manifesto do Partido Comunista, o Estado funciona como "um comitê para gerir os negócios da burguesia" (MARX, 1848), e sendo de interesse da burguesia brasileira que o racismo se fortaleça para que sua hegemonia seja mantida, o racismo foi institucionalizado durante a ditadura do Estado Novo, por Getúlio Vargas, com base nas teorias de Oliveira Vianna (1883 – 1951), no período que vai de 1937 a 1945, fato que trataremos mais adiante.

Temos também fora do enquadramento apresentado pelo autor as teorias do Movimento Eugênico que tomam grande proporção no século XX, das quais muitos intelectuais brasileiros iram se inspirar para analisar a sociedade brasileira. O termo eugenia vem do grego, e sua tradução significa "bem nascido";e foi cunhado pela primeira vez em 1883, por Francis Galton (1822-1911), antropólogo britânico, primo de Charles Darwin, o mesmo afirma ter recebido influência do autor clássico da Biologia. Galton foi influenciado também por Thomas Malthus e Jean-Baptiste de Lamarck. A Eugênia consistia num conjunto de ideias e práticas que pretendia o aperfeiçoamento da raça humana, com base nos estudos da hereditariedade e a seleçãodos genitores, assim, seria possível selecionar os genitores para que se resultasse em cidadão adaptados a realidade social do país em que estão inseridos e a servir a sua pátria.Essas ideias e práticas resultaram em políticas públicas, aderidas por muitos Estados, como nos EUA, e na Europa, como medidas de Estados Autoritários, por exemplo, o seu ápice se deu no Nazismo de Hitler, onde mais de 39 milhões de pessoas foram executadas por não pertencerem à"raça ariana" e no

Fascismo de Mussolini na Itália, e também foram incrementadas no Brasil, durante o Estado Novo, pois Getúlio Vargas era claramente adepto as ideias eugênicas.

Os intelectuais brasileiros que vão ser influenciados por essas teorias vão afirmar que o problema do não desenvolvimento do Brasil se daria pela incapacidade de sua população, que em sua maioria é formada por sujeitos miscigenados, afrodescendentes e comunidades indígenas e seus descendentes. Juntamente a Oliveira Vianna, outros intelectuais brasileiros como Francisco Campos e Azevedo Amaral vão formular projetos e um discurso teórico que defendiam as práticas e ideias eugênicas.

As teorias eugênicas repercutiram de forma significante nas áreas dos Estudos Sociais e da Medicina, sendo criado inclusive um instituto, o Nina Rodrigues, que disseminava a ideia de que o Brasil não se desenvolvia dada a grande presença de negros e índios na população. Muitos intelectuais como Roquette-Pinto, Oliveira Viana, Fernando de Azevedo, Vieira de Carvalho e Monteiro Lobato. Muitos políticos e governantes, como por exemplo,Getúlio Vargas, eram declaradamente adeptos às ideias eugênicas. O momento de maior implantação das ideias eugênicas no Estado brasileiro foi durante o Estado Novo, do ano de 1937 a 1945, quando o racismo foi se institucionalizando cada vez mais no país. Nesse momento o Estado restringia a estrada de negros, pois o ideal do momento era o clareamento da população, e também de asiáticos e judeus.

Getúlio Vargas almejava a criação de um estado forte, centrado na figura do presidente. O político vai receber como influência a teoria de Oliveira Vianna sobre o Estado autoritário, tecnocrático e corporativista, juntamente a isso é absorvida a análise sobre a população que este autor tinha. Vianna considerava que a miscigenação era um traço negativo na formação do país, sendo até mesmo impossível usar o conceito de povo anglo-saxão, enquanto massas esclarecidas. Juntamente com as mudanças nos padrões de higiene e sanitarismo, a instauração da disciplina de Educação Física nas escolas, para se ter uma massa de pessoas ágeis e fortes para o trabalho, a Eugênia foi institucionalizada a partir de algumas medidas do Estado.

O historiador Fabio Koifman em "Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)" afirma que no período da Ditadura do Estado Novo, o poder de decidir quem poderia entrar no Brasil foi tirado do Ministério das Relações Exteriores, e era grande a barragem de pessoas negras, asiáticas e judias. Lembrando que isso se passa no contexto histórico da Segunda Guerra Mundial, então as migrações eram muito controladas pelo Estado, para barrar a vinda de sujeitos não desejáveis. No artigo de número 2.º do Decreto-lei nº 406, datado de 4 de maio de 1938, ou "Lei de Imigração", como ficou conhecido, encontramos: "O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigra- ção e Colonização".

A teoria de Oliveira Vianna vai influenciar desde a política migratória de Getúlio Vargas e a restrição ao estrangeiro, que agora não seria mais visto como imigrante; e também na eliminação dos partidos políticos e no fechamento do congresso, que deu ao presidente o poder centralizado e autoritário sob o Estadobrasileiro.

O discurso eugênico propagado por esses políticos e teóricos nega a contribuição dos negros na formação econômica, social e cultural da identidade brasileira, como se esse grande contingente humano, trago a forças para o Brasil, não tivesse construído todo um país e produzido a riqueza que foi acumulada pela elite a custas de muito sofrimento, de tratamentos desumanos e cruéis.

OLIVEIRA VIANNA

Francisco José de Oliveira Vianna, nasceu em Rio Seco de Saquarema, cidade localizada no estado do Rio de Janeiro, no ano de 1883 e faleceu em 1951. O autor é considerado um dos principais

intérpretes do Brasil, produziu suas obras entre os anos de 1981 e 1951, assistindo assim a dois momentos conjunturais da industrialização brasileira. Seus escritos são considerados importantes nas áreas do Direito, História e das Ciências Sociais. Sua obra sociológica é fortemente marcada pela negação da contribuição dos povos africanos e afrodescendentes na formação social e histórica do país.

Oliveira Vianna se insere na corrente revisionista, sendo um crítico da República Velha e arquiteto do nacionalismo corporativista. Esse modo de fazer o aparato burocrático do Estado Brasileiro funcionar, épróximo ao fascismo corporativista de Mussolini, e se caracteriza também pela imagem dos gestores-tecnocratas do Estado. O autor recebeu forte influência das teorias positivistas em sua forma de pensar e organizar sua interpretação a cerca da sociedade brasileira. O que a elite brasileira desejava na época era modernizar o país e elevá-lo a condição de país central, como os grandes centros europeus e da grande potência que ia se consolidando, os EUA. Podemos observar essa influência com a arquitetura dos grandes centros, como São Paulo, que recebeu influências norte-americanas e a de Curitiba, que recebeu mais influências europeias.

O autor é também um crítico do liberalismo, considera essa política econômica inviável no contexto brasileiro do período em que escreve. Considera também que o voto universal não é adequado para o Brasil, pelo fato da população não ser capaz, segundo ele, de escolher alguém para ocupar um cargo público. Vianna também é contrário à organização em partidos políticos. Ele vivencia a Revolução Burguesa de 1930 e a analisa como sendo retardada, regressiva, inconclusa e que o seu problema só teria sido resolvido com o Golpe de Estado dado pelo gaúcho Getúlio Vargas em 1937. Dentro deste aspecto, o Estado corporativo seria a essência do projeto de contrarrevolução. Oliveira Viana é o autor que dará legitimidade no campo teórico para a ditadura de Vargas. O que o autor pretendia era a transformação da classe dirigente em classe dominante. (VIEIRA, 2010). Diferente de como acontece na Democracia que se desenvolveria com o Brasil sendo uma República Federativa, onde os políticos representariam a classe dominante.

O autor defende e valoriza a figura do "Chefe de Estado", atribuindo a este um caráter técnico e apolítico à administração pública, escondendo a problemática da administração como poder. Entretanto, o autor é ideólogo do nacionalismo autoritário e antiliberal, sendo influenciados por outros autores da mesma corrente, como Alberto Tores e Azevedo Amaral. (VIEIRA, 2010).

Segundo Evaldo Vieira, Oliveira Vianna faz uma leitura da sociedade brasileira como se ela fosse como um todo estático e desinteressado pela mudança social, para ele nossa civilização vem a ser obra exclusiva do homem branco, e o índio e o negro só se tornam civilizados quanto entram em contato com o branco. O autor vê a migração europeia como um fator positivo para o Brasil, por branquear a população. (VIEIRA, 2012). Entre suas obras mais importantes encontramos: Populações Meridionais do Brasil (1920); Evolução do Povo Brasileiro (1923); Problemas de Política Objetiva (1930); Raça e Assimilação (1932); Problemas do Direito Corporativo (1938); As Novas Diretrizes da Política Social (1939); e Os Grandes Problemas Sociais (1942).

Em Evolução do Povo Brasileiro de 1923 o autor afirma que no Brasil podemos encontrar "raças superiores" e "raças inferiores". Ele as classifica da seguinte forma: a raça considerada superior é a branca, ariana. Já as raças consideradas inferiores é a negra e a indígena, respectivamente. O autor utiliza em sua redação o termo "raça", que hoje é considerado um termo anticientífico, e considerava que o branqueamento da população era importante para a modernização do país e para criar um tipo genuíno de "brasileiro", diferente do miscigenado, e sim branco.

> Entre nós, o negro, o índio e o branco caldeiam-se profundamente, cruzam-se e recruzam-se em todos os sentidos, [...] compreende-se como é árduo o problema da determinação da influência que cada um deles tem na formação do nosso povo e na constituição dos caracteres somáticos e psicológicos dos nossos tipos nacionais. (VIANNA, 1956, p. 123).

Entretanto, aqui nos dedicaremos àanálise de trechos do livro Populações Meridionais do Brasil, do ano de 1920.

POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL

Atentar-nos-emos aqui, à primeira parte do livro, no quarto capítulo, intitulado de "Pequena História do Domínio Rural (Séculos I, II e III)". Nesse trecho, o autor vai diferenciar três grupos étnicos presentes no país e afirmar que o local em que houve grandes mestiçagens fora nos latifúndios:

> Novo tipo étnico, feito para complicar ainda mais a heterogênea sociedade vicentista, a aparição dessa mestiçaria pululante é uma conseqüência direta do domínio rural. Ele é o centro de convergência das três raças formadoras do nosso povo. Os contingentes humanos, vindos da Europa, da África e dos platôs americanos aí se aproximam. O latifúndio os concentra e os dispõe na ordem mais favorável à sua mistura. Pondo em contato imediato e local as três raças, ele se faz um esplêndido núcleo de elaboração do mestiço. (VIANNA, 2005, p. 127-128).

Um dos aspectos que contribuíram para essa grande mestiçagem, segundo o autor, se devia pelo fato dos migrantes europeus estarem fantasiados com o país, vendo-o e as suas mulheres nativas, no caso as índias, e as negras trazidas forçadas mais as negras que aqui nasceram como exóticas, hiperssexualizando seus corpos e as vendo como objeto sexual, como os homens que aqui já viviam já faziam.

> Dentre os representantes dos três grupos étnicos, concorrentes no latifúndio, é o luso o único que vem sozinho e solteiro, na sua qualidade de homem de aventura. Mergulhado no esplendor da natureza tropical, com os nervos hiperestesiados pela ardência dos nossos sóis, ele é atraído, na procura do desafogo sexual, para esses vastos e grosseiros gineceus, que são as senzalas fazendeiras. Estas regurgitam de um femeaço sadio e forte, onde, ao par da índia lânguida e meiga, de formas aristocráticas e belas, figura a negra, ardente, amorosa, prolífica, seduzindo, pelas suas capacidades de caseira excelente, a salacidade frascária do luso. (VIANNA, 2005, p. 128).

Então, dessa grande presença desses migrantes no latifúndio, vai resultar a miscigenação:

> Dessa feição varonil e aventureira do contingente luso resulta a predominância numérica do mameluco e do mulato sobre os três tipos originários e sobre o subtipo cafuzo. Este, devido à repulsão do índio pela negra, não tem grande proliferação ao sul. O tipo diferencial dominante é o mameluco, que se faz, nos primeiros séculos, base da população colonial. Mais tarde, com a crescente substituição do índio pelo negro na economia rural, surge progressivamente nos domínios agrícolas do sul, como elemento numericamente predominante, o mulato, com as suas inumeráveis variações somáticas e morais. (VIANNA, 2005, p. 128).

Com isso o autor concluiu que os mestiços são produtos históricos do latifúndio brasileiro, e que a segunda função do domínio rural era o de servir de "campo de cruzamento" de "três raças distintas", como um centralizador. E após os mestiços saírem do meio rural eles repugnam o trabalho serviu, com enxadas, que para o autor é um trabalho próprio da população negra, e tenta se classificar como um trabalhador livre, geralmente se tornam os "capitães do mato", no entanto:

> Essa classificação, porém, é provisória ou, melhor, ilusória. O mestiço, na sociedade colonial, é um desclassificado permanente. O branco superior, da alta classe, o repele. Como, por seu turno, ele foge das classes inferiores, a sua situação social é indefinida. Ele vive continuamente numa sorte de equilíbrio instável, sob a pressão constante de forças contraditórias. (VIANNA, 2005, p. 129).

Oliveira Vianna classifica os mestiços em dois grupos, os "mamelucos", que seriam os descendentes de europeus e índios; e o "mulato", que seriam os descendentes de europeus e negros. Termo esse bem problemático, por designar o cruzamento do cavalo com um jumento, ou do jumento com a égua. E como resultado da frustração de terem a classificação provisória, segundo o autor, os mestiços tendem a se comportarem de uma maneira específica:

> Daí a sua psicologia estranha e paradoxal. Essa humilhação social, a que o meio o submete, fere-o. Debaixo dessa ofensa constante, a sua irritabilidade se aviva, a sua sensibilidade se apura; crescem-lhe por igual a prevenção, a desconfiança, a animosidade, o rancor. Fica, a princípio, irritável, melindroso, suscetível. Torna-se, depois, arrogante, atrevido, insolente. Acaba agressivo, sarcástico, turbulento, rebelde. (VIANNA, 2005, p. 130).

Ao esboçar a forma que os mestiços viviam dentro do mundo rural, Vianna os caracterizaram como uma população folgada, que não quer saber de trabalhar, diferente da população negra, que era condenada a realizar trabalhos forçados no período da escravidão.

> Essa população de mestiços, como vive no domínio rural? O viver desses mestiços parece ser folgado e divertido. Porque já o prudente Antonil nos diz ser provérbio, na sociedade do seu tempo, que "o Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e mulatas". (VIANNA, 2005, p. 130).

O autor, identifica os mestiços como sendo a figura que os latifundiários utilizariam para fazer a segurança dos seus domínios:

> Toda essa massa de mestiços ociosos e inúteis, que vemos pulular, como um transbordo das senzalas, nas terras dos latifúndios, tem agora à sua atividade uma aplicação superior. Dela é que vão sair os elementos combatentes, indispensáveis à defesa do domínio. O vadio das estradas, o caçador bandoleiro, o rixento, o brigão, o valente dos engenhos é agora o seu guarda, o seu infante, o seu soldado. Sob a garantia da sua bravura, o labor agrícola se opera tranquilo e fecundo, construindo a riqueza e dando à aristocracia colonial a base do seu poder.
>
> Esse pelotão de mestiços é como que a blindagem viva do domínio rural. (VIANNA, 2005, p. 132).

Já no sexto capítulo dessa parte da obra, intitulado "Etnologia das Classes Rurais (II e III séculos)", o autor considera que:

> Numa sociedade, como a paulista dos primeiros séculos, ciosa das suas prerrogativas aristocráticas e da sua pureza étnica, os mestiços vivem numa condição de patente inferioridade. Os preconceitos são inflexíveis para com eles e os condenam a uma subalternidade humilhante. O distintivo da nobreza, da superioridade social e moral é, segundo as idéias do tempo, o ter a pele branca, provir de sangue europeu, não ter mescla com as raças inferiores, principalmente a negra. Mesmo entre os homens do baixo povo, o fato de ser branco é o mesmo que ser nobre: "Nem porque exercitem ofício mecânico perdem esta presunção", diz Domingos Loretto. (VIANNA, 2005, p. 168).

Com isso o autor segue classificando a população afrodescendentes, ele identifica que há alguns provenientes de clãs mais dóceis e outros mais rebeldes, e acredita que dentro da população mestiça, há os que mais se aproximam da raça superior:

> Em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do País. São aqueles que, em virtude de caldeamentos felizes, mais se aproximam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca. Caprichos de fisiologia, retornos atávicos, em cooperação com certas leis antropológicas, agindo de um modo favorável, geram esses mestiços de escol. Produtos diretos do cruzamento de branco com negro, herdam, às vezes, todos os caracteres psíquicos e, mesmo, somáticos da raça nobre. Do matiz dos cabelos à coloração da pele, da moralidade dos sentimentos ao vigor da inteligência, são de uma aparência perfeitamente ariana. (VIANNA, 2005, p. 171).

E dentro desse aspecto, para o autor, o negro só se civilizava,só se tornava mais próximo ao superior na medida em que entrassem em contato com a população branca:

> Toda a evolução histórica da nossa mentalidade coletiva outra coisa não tem sido, com efeito, senão um contínuo afeiçoamento, por meio de processos conhecidos de lógica social, dos elementos etnicamente bárbaros da massa popular à moral ariana, à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao caráter da raça branca. Os mestiços superiores, os mulatos ou mamelucos, que vencem ou ascendem em nosso meio, durante o largo período da nossa formação nacional, não vencem, nem ascendem como tais, isto é, como mestiços, por uma afirmação da sua mentalidade mestiça. Ao invés de se manterem, quando ascendem, dentro dos característicos híbridos do seu tipo, ao contrário, só ascendem quando se transformam e perdem esses característicos, quando deixam de ser psicologicamente mestiços – porque se arianizam. (VIANNA, 2005, p. 179).

Então a população se aperfeiçoava e se tornavam superiores na medida em que os mestiços fossem incorporando a aparência física dos povos brancos, e seus comportamentos e cultura também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, concluímos que as teorias de cunho eugênico tiveram desdobramentos na produção intelectual brasileira, tendo o intelectual Oliveira Vianna como um de seus representantes.

O autor serviu de arquiteto do Estado Novo, momento em que Getúlio Vargas, através de um Golpe de Estado fecha o congresso e exerce o poder ditatorial no Brasil. Influenciado também pela teoria de Estado Autoritário, Nacionalista e Corporativo de Vianna e pela sua teoria do branqueamento, há um ano depois de Vargas impor uma nova constituição ao país, ele vai publicar uma série de decretos que aderiu a medidas que proíbem a entrada de estrangeiros indesejáveis no Brasil. Nesse momento, o presidente que tinha para si o poder de todos os ministérios, inclusive o Ministério das Relações Exteriores,através do qual ele vai negar a entrada no Brasil de povos não brancos e outros sujeitos indesejáveis, como os comunistas e os judeus. Essas medidas de cunho racista que são legitimadas pelo Estado colaboram com a institucionalizaçãodo racismo no Brasil.

Referências

IKOIFMAN, Fábio. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MORAES, Ana LuisaZago de. *"A Formação da Política Imigratória Brasileira: Da Colonização ao Estado Novo".*Revista da Faculdade de Direito da UFRGS – Volume Especial, 2014.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.* São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1976.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro.* 4º ed. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro, 1956.

_____. *Populações Meridionais do Brasil.* Ed. Senado Federal, vol, 27. Brasília, 2005.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil.* 3º ed. Ed. UNESP. São Paulo, 2010.